



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

PORTARIA Nº 007/2024

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

Considerando o julgamento da Representação nº 1007746 no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o não enfrentamento do requerimento formulado pelo Ministério Público de Contas em 15/12/2021 para realização de inspeção na Prefeitura Municipal de Juramento a fim de apurar a ocorrência de eventuais irregularidades na concessão de diárias de viagens, durante o período de 2017 a 2021;

Considerando que foi realizado levantamento sobre a concessão e a publicação dos valores pagos à título de diárias de viagens no Município de Juramento durante o período de 2020 a 2024;

Considerando que foi identificada a diminuição da informação disponibilizada no Portal da Transparência de Juramento sobre as diárias de viagens concedidas nos exercícios de 2023 e 2024;

Considerando que a omissão irregular nos portais de transparência importa violação aos princípios da legalidade, moralidade e publicidade, previstos no art. 37, *caput*, da Constituição da República, obstruindo o controle popular e a ação de entes fiscalizadores;

Considerando que, nos termos do caput do artigo 8º, §1º, III, da Lei nº 12.527/2011, é dever dos órgãos e entidades públicas a divulgação em local de fácil acesso das informações referentes aos registros de despesas;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público fixadas nos artigos 129, VI, da Constituição Federal; 67, I, b, da Lei Complementar nº 34/1994; e 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993;

Considerando, por fim, o disposto no artigo 4º, II e §3º, e no artigo 6º da Resolução MPC-MG nº 14, de 18 de dezembro de 2019;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

RESOLVO, no uso de minhas atribuições legais, instaurar de ofício INQUÉRITO CIVIL, e determino, desde já, a expedição de OFÍCIO RECOMENDATÓRIO ao município de Juramento, a fim de que as irregularidades identificadas sejam devidamente corrigidas, no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024.

DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES
Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais